



Santa Rosa S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santa Rosa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Rosa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Santa Rosa S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Santa Rosa S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 3 de setembro de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

DocuSigned by:
A digital signature in black ink, appearing to read 'Leandro Camilo'.
E75A12898EB94CB...
Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Santa Rosa S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.048	1.726	Fornecedores		159	136
Contas a receber	9	7.526	9.225	Partes relacionadas	13	414	680
Partes relacionadas	13	18	—	Salários e encargos sociais		230	199
Tributos a recuperar		2.291	1.722	Arrendamentos		134	—
Estoques		731	—	Tributos a recolher		252	389
Outros ativos		229	247	Imposto de renda e contribuição social	12	106	178
Total do ativo circulante		13.843	12.920	Dividendos a pagar	14.4	10.845	12.465
Não circulante				Outros passivos		368	346
Outros ativos		494	—	Total do passivo circulante		12.508	14.393
Imobilizado	10	79.193	81.623	Não circulante			
Intangível	11	6.745	7.130	Arrendamentos		203	—
Total do ativo não circulante		86.432	88.753	Total do passivo não circulante		203	—
				Total do passivo		12.711	14.393
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social	14.1	50.200	24.500
				Reservas de Lucros	14.3	37.364	62.780
				Total do patrimônio líquido		87.564	87.280
Total do ativo		100.275	101.673	Total do Passivo e Patrimônio líquido		100.275	101.673

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Rosa S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional bruta			
Receita de fornecimento de energia elétrica	15	65.827	67.599
(-) Deduções da receita	15	(2.234)	(2.441)
		<u>63.593</u>	<u>65.158</u>
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	16	(10.474)	(10.119)
		<u>(10.474)</u>	<u>(10.119)</u>
Lucro bruto		<u>53.119</u>	<u>55.039</u>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(6.276)	(3.553)
Outras (despesas) receitas		565	(5)
		<u>(5.711)</u>	<u>(3.558)</u>
Lucro operacional		<u>47.408</u>	<u>51.481</u>
Receitas financeiras	17	904	810
Despesas financeiras	17	(340)	(101)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>564</u>	<u>709</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>47.972</u>	<u>52.190</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.307)	(2.330)
Lucro líquido do exercício		<u>45.665</u>	<u>49.860</u>
Atribuível a			
Acionistas da controladora		<u>45.665</u>	<u>49.860</u>
		<u>45.665</u>	<u>49.860</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	19	<u>1,477</u>	<u>2,035</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Rosa S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro líquido do exercício		45.665	49.860
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		45.665	49.860

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Rosa S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2023		24.500	4.900	43.841	—	73.241
Dividendos adicionais distribuídos	14.4	—	—	(23.356)	—	(23.356)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	49.860	49.860
Destinação de dividendos obrigatórios	14.4	—	—	—	(12.465)	(12.465)
Constituição de reserva de retenção de lucros	14.3	—	—	37.395	(37.395)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		24.500	4.900	57.880	—	87.280
Aumento (Redução) de capital	14.1	25.700	—	(25.700)	—	—
Dividendos adicionais distribuídos	14.4	—	—	(34.536)	—	(34.536)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	45.665	45.665
Constituição de reserva legal	14.3.1	—	2.283	—	(2.283)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	14.4	—	—	—	(10.845)	(10.845)
Constituição de reserva de retenção de lucros	14.3	—	—	32.536	(32.536)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		50.200	7.183	30.180	—	87.564

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Rosa S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Notas explicativas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas		47.972	52.190
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	10	2.991	2.295
Despesas financeiras sobre arrendamentos		29	8
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		3.020	2.303
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	1.699	1.209
Créditos tributários a recuperar		(569)	(1.267)
Movimentações de outros ativos		(47)	(67)
Fornecedores		24	(40)
Remunerações e Encargos Sociais		30	—
Obrigações Tributárias a Recolher		(137)	3
Movimentações de outros passivos		(245)	88
Total das variações nos ativos e passivos:		755	(74)
Caixa gerado nas operações		51.746	54.419
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(2.379)	(2.330)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		49.367	52.089
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	10	(927)	(1.309)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(927)	(1.309)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos		(100)	(118)
Partes relacionadas		(17)	(14.955)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	14	(47.001)	(36.508)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(47.118)	(51.581)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.322	(801)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.726	2.527
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.048	1.726
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.322	(801)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia, constituída em 21 de maio de 2001, tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 30.000 KW de potência instalada, localizada no Rio Grande, na bacia hidrográfica do Rio Grande, nos municípios de Bom Jardim e Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER"). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica foi obtida em 31 de maio de 2001 - Resolução da ANEEL nº 197 - pela Companhia Monteiro Aranha S.A., posteriormente transferida para a Companhia (Resolução no 279 de 21 de maio de 2002), pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Resolução no 279, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A licença de operação, emitida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), para a atividade da PCH Santa Rosa II (com potência de 30 MW) (LO nº FE014183) e a LO nº IN024292, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), referente à LT de 69 KV, aguardam o parecer do órgão ambiental quanto a sua renovação, sendo que a mesma continua válida, uma vez que o pedido de renovação foi requerido com 120 dias de antecedência, atendendo o disposto no Art. 18, parágrafo 4º, da Resolução CONAMA nº 237/97, ficando essa automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do INEA. Consoante os Despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL nos 2.341 e 2.387, as unidades geradoras I e II foram liberadas para início da operação comercial a partir de 25 de junho de 2008 e a unidade geradora III a partir de 1º de julho de 2008, quando a energia produzida passou a estar disponível ao sistema.

A PCH Santa Rosa II aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico oferecida pela Medida Provisória (MP) 688 de 18 de agosto de 2015, convertida em Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, e Resolução Normativa nº 64 da ANEEL, optando pelo produto SP100, onde a Companhia transfere 100% dos riscos hidrológicos à distribuidora. Em contrapartida, a Companhia assume como obrigação prêmio de seguro anual pela transferência do risco do GSF (ou benefício de recebimento de "secundário", quando há geração excedente do ambiente Mecanismo de Realocação de Energia - MRE).

2 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou capital circulante líquido positivo de R\$ 1.335 (R\$ (1.473) de capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2023 sobretudo em decorrência do montante de dividendos a pagar no exercício de 2023. A Administração da Companhia entende que os aportes de capital recebidos gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações.

3 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 3 de setembro de 2025.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**4.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras

4.2 Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, tendo portanto, preparado suas demonstrações financeiras baseada no princípio da continuidade

4.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

4.6 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

4.6.1 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment) se aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.6.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles em que a Companhia exerce a opção ou é obrigada a reconhecer inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia. Eventuais ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem.

4.6.2.1 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.6.2.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.6.2.3 Impairment de ativos financeiros**4.6.2.3.1 Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

4.7 Ativos mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor justo e classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição e/ou construção de ativos qualificados.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do mobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

4.9 Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da autorização. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

4.9.1 Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Em 31 de dezembro de 2024, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

4.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados pro rata temporis ao longo do prazo de cobertura. As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

4.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.13 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

4.14 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.15 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

4.16 Resultado por ação

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

4.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

4.18 Autorização não onerosa

A Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

4.19 Reconhecimento da receita

4.19.1 Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a entrega de energia elétrica ocorre e o controle do cliente sobre esta energia é estabelecido. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do Generation Scalling Factor - GSF, que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

4.19.2 Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando a obrigação de desempenho foi atendida e o controle do serviço é transferido ao cliente. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.19.3 Transações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

4.20 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Sendo então a regra aplicável apenas sobre as entidades que são requeridas a cumprir esta mensuração até a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

- A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avalia os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2024.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

5.1 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

5.2 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

6 Política de gestão de riscos financeiros**6.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para	Mensuração
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa	Monitoramento das curvas de câmbio
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Passivos de contrato	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

6.2 Risco de mercado**6.2.1 Risco com taxa de câmbio**

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.3 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

6.4 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

7 Instrumentos financeiros**7.1 Instrumentos financeiros por categoria**

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.048	1.726
Contas a receber	7.526	9.225
Partes relacionadas	18	—
Outros ativos	229	246
	10.821	11.197
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	159	136
Dividendos	10.845	12.465
Partes relacionadas	414	680
Arrendamentos	337	—
Outros passivos	368	347
	12.123	13.628

8 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
Contas bancárias em moeda funcional	1	—
Aplicações financeiras com liquidez imediata	3.047	1.726
	3.048	1.726

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 97,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (98,00% em 31 de dezembro de 2023). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

9 Contas a receber

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecimento de energia elétrica	7.278	9.207
Saldo de mercado de curto prazo	248	18
	7.526	9.225

Apresentados como:

Ativo circulante	7.526	9.225
Ativo não circulante	—	—

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A classificação dos títulos a receber por vencimento pode ser assim demonstrada:

	31.12.2024	31.12.2023
A vencer	248	7.384
Até 30 dias	5.458	1.841
De 31 até 60 dias	1.820	—
Total contas a receber	7.526	9.225

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Imobilizado

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas médias de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Terrenos	—	849	(387)	462	849	(387)	462
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,97 %	80.452	(39.255)	41.197	80.452	(38.264)	42.188
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,85 %	7.191	(3.388)	3.803	7.109	(3.306)	3.803
Máquinas e Equipamentos	4,05 %	62.060	(33.667)	28.393	61.961	(32.244)	29.717
Linhas de transmissão	3,57 %	805	(481)	324	805	(453)	352
Outros ativos	6,44 %	2.045	(471)	1.574	624	(428)	196
Imobilizado em curso	—	3.067	—	3.067	4.905	—	4.905
Arrendamentos	33,33 %	420	(47)	373	—	—	—
		156.889	(77.696)	79.193	156.705	(75.082)	81.623

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 1.01.2023	462	42.892	3.861	30.605	378	222	3.614	104	82.138
Adições	—	—	—	—	—	—	1.301	—	1.301
Transferências	—	(15)	—	24	(9)	1	(10)	1	(8)
Depreciação	—	(689)	(58)	(912)	(17)	(27)	—	(105)	(1.808)
Saldo em 31.12.2023	462	42.188	3.803	29.717	352	196	4.905	—	81.623
Adições	—	—	—	—	—	—	927	—	927
Transferências	—	—	82	99	—	1.421	(2.022)	420	—
Reclassificação *	—	—	—	—	—	—	(743)	—	(743)
Depreciação	—	(991)	(82)	(1.423)	(28)	(43)	—	(47)	(2.614)
Saldo em 31.12.2024	462	41.197	3.803	28.393	324	1.574	3.067	373	79.193

*Valor transferido para a linha de estoque no Balanço Patrimonial.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão de outorga (GSF) e outros intangíveis cujos saldos e movimentação estão a seguir apresentados:

	Taxa média de amortização a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Softwares	20,00 %	661	(661)	—	669	(657)	12
Extensão de outorga	4,80 %	8.338	(1.593)	6.745	8.003	(1.077)	6.926
Outros Intangíveis	— %	—	—	—	335	(143)	192
		8.999	(2.254)	6.745	9.007	(1.877)	7.130

	Softwares	Extensão de outorga	Outros intangíveis	Total
1.01.2023	93	7.333	183	7.609
Transferências	(1)	—	9	8
Amortização	(80)	(407)	—	(487)
31.12.2023	12	6.926	192	7.130
Transferências	(8)	192	(192)	(8)
Amortização	(4)	(373)	—	(377)
31.12.2024	—	6.745	—	6.745

12 Imposto de renda e contribuição social**12.1 Conciliação dos tributos no resultado**

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo presumido	65.598	67.578	65.598	67.578
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	5.248	5.406	7.872	8.109
Outras receitas (despesas)	889	799	889	799
Base de Cálculo	6.137	6.205	8.761	8.908
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	(1.534)	(1.551)	(788)	(802)
Outros efeitos em tributos	(5)	—	(4)	—
Dedução adicional IRPJ	24	23	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(1.515)	(1.528)	(792)	(802)

13 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora em conjunto e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ativo Circulante			
Contas a receber			
Central Eólica Jerusalém III S.A	(iii)	3	—
Santa Fé Energia S.A	(iii)	13	—
Statkraft Energias Renováveis S.A	(iii)	2	—
		<u>18</u>	<u>—</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
Statkraft Energias Renováveis S.A	(ii)	60	95
Statkraft AS	(i)	319	520
Statkraft Energi AS	(i)	35	65
		<u>414</u>	<u>680</u>

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 :

		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Resultado			
Receita na venda de energia elétrica			
Statkraft Energias Renováveis S.A	(iii)	25	—
Santa Fé Energia S.A.	(iii)	3	—
Energen Energias Renováveis S.A	(iii)	39	—
		<u>67</u>	<u>—</u>
Custo da compra de energia elétrica			
Statkraft Energias Renováveis S.A	(ii)	(737)	(683)
Statkraft Energi AS	(i)	(293)	—
		<u>(1.030)</u>	<u>(683)</u>
Despesas gerais e administrativas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	(254)	(149)
Statkraft AS	(i)	(1.930)	(511)
Statkraft Germany GmbH		(27)	—
Santa Laura S.A.	(iv)	(3)	—
		<u>(2.214)</u>	<u>(660)</u>
Total de Custos e Despesas		<u><u>(3.244)</u></u>	<u><u>(1.343)</u></u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
- (ii) Saldo composto por compra de energia.
- (iii) Saldo composto por venda de energia.
- (iv) Saldo composto por serviços tomados de operação e manutenção.

13.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social está representado pelo montante de R\$50.200 (R\$24.500 em 31 de dezembro de 2023) 50.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (24.500 ações em 31 de dezembro de 2023), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

14.2 Aumento de capital

No decorrer de 2024, ocorreu o aumento de capital social no valor de R\$ 25.700, mediante a capitalização parcial do saldo de reservas de retenção de lucros.

14.3 Reservas de lucros

14.3.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

14.3.2 Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas. Em 2024 foi deliberado em AGE a integralização parcial no montante de R\$25.700 da referida reserva por ser excessiva ao seu montante de capital social.

14.4 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2024 foram distribuídos R\$34.536 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	45.665	49.860
Constituição da reserva legal	(2.283)	—
Base de cálculo	43.382	49.860
Dividendo mínimo estatutário - %	25 %	25 %
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	10.845	12.465
Dividendos adicionais	34.536	23.356
Total de distribuição de dividendos do exercício	45.381	35.821
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	0,443	0,509
Dividendos adicionais por ação - em R\$	1,410	0,953
	1,852	1,462

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

1 de janeiro de 2023	13.152
Dividendos adicionais aprovados	23.356
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	12.465
Pagamento de dividendos	(36.508)
31 de dezembro de 2023	12.465
Dividendos adicionais aprovados	34.536
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	10.845
Pagamento de dividendos	(47.001)
31 de dezembro de 2024	10.845

15 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita de fornecimento de energia elétrica	65.827	67.599
Total da receita operacional bruta	65.827	67.599
Deduções da receita operacional		
PIS	(428)	(436)
COFINS	(1.805)	(2.005)
Total das deduções sobre a receita	(2.233)	(2.441)
Receita operacional líquida	63.594	65.158

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16 Custos e despesas**16.1 Custos**

	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	—	(623)
Depreciação e amortização	(2.992)	(2.294)
Encargos setoriais	(2.337)	(2.480)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.030)	(683)
Serviços de terceiros	(55)	(6)
Salários e encargos sociais	(686)	(955)
Seguros, fianças e comissões	(3.374)	(3.078)
	(10.474)	(10.119)

16.2 Despesas

	31.12.2024	31.12.2023
Serviços de terceiros	(1.762)	(2.332)
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.214)	(125)
Encargos setoriais	(124)	(113)
Estudos em desenvolvimento	(51)	—
Impostos e taxas	(1.285)	(297)
Materiais	(224)	—
Viagens e estadias	(78)	(109)
Salários e encargos sociais	(398)	(395)
Aluguel	(47)	(19)
Outros	(93)	(163)
	(6.276)	(3.553)

17 Resultado financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	895	810
Variação cambial ativa	9	—
Total da receita financeira	904	810

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	(37)	(57)
Juros sobre arrendamento mercantil	(29)	(9)
Outras despesas financeiras	(79)	(23)
Variação cambial passiva	(195)	(12)
Total da despesa financeira	<u>(340)</u>	<u>(101)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u><u>564</u></u>	<u><u>709</u></u>

18 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários**18.1 Processos investigativos**

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.
- b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

19 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	45.665	49.860
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	30.907	24.500
Lucro diluído por ação	<u><u>1,477</u></u>	<u><u>2,035</u></u>

Santa Rosa S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20 Outros riscos

20.1 Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

20.2 Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva concessão e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. A Companhia aderiu a MP nº 688/2015, transferindo o risco da volatilidade do MRE para os consumidores, e em troca, pagando um prêmio de seguro regulatório.

21 Seguros

A companhia figura como cossegurada em apólice de seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026.

22 Eventos Subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2025, ocorreu a Alteração da Diretoria Estatutária da Companhia. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Thiago Maciel Tomazzoli, para o cargo de presidente.